
METAFÍSICA Z, 3

SOBRE INCURSÕES HEIDEGGERIANAS

Luiz Hebeche

Resumo:

As interpretações da metafísica aristotélica, a partir da vertente aberta por Heidegger, têm se expandido e ganhado um amplo espaço e divulgação. Uma amostra disto é o artigo de Daniel Panis “Do ser e do fundamento em Metafísica Z, 3” publicado na Revue de Philosophie Ancienne, n.1, 1986, onde ele trata de uma nova interpretação heideggeriana do Estagirita expressa em “A Metafísica de Aristóteles. O fundamental e o Essencial” em que Rudolf Boehm analisa a famosa aporia de Z,3 onde Aristóteles teria explicitamente focalizado seu dilema metafísico central entre a ontologia e a teologia, entre a questão do ser e a questão do fundamento. Este artigo trata essa interpretação da insólita passagem da Metafísica de Aristóteles. Ele mostra heideggerianamente como nessa passagem o estagirita se deparou com a obscuridade do fundamento primeiro.

Palavras-chave

essência, sujeito, fundamento, jazente-ao-fundo.

Luiz Hebeche possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987), doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000) e pós-doutorado na Escola Superior de Teologia (EST)(2005). Atualmente é professor Associado I da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em história da filosofia, ontologia, filosofia da linguagem, atuando principalmente nos seguintes temas: Heidegger, Wittgenstein, linguagem ordinária e gramática da faticidade.

As interpretações da metafísica aristotélica, a partir da vertente aberta por Heidegger, têm se expandido e ganhado um amplo espaço e divulgação. Uma amostra disto é o artigo de Daniel Panis “Do ser e do fundamento em Metafísica Z, 3”¹ publicado na Revue de Philosophie Ancienne, n.1, 1986, onde ele trata de uma nova interpretação heideggeriana do Estagirita expressa em “A Metafísica de Aristóteles. O fundamental e o Essencial” em que Rudolf Boehm analisa a famosa aporia de Z,3 onde Aristóteles teria explicitamente focalizado seu dilema metafísico central entre a ontologia e a teologia, entre a questão do ser e a questão do fundamento. A tese sustenta-se sobre o primado e a insuficiência do conceito de ὑποκείμενον enquanto conceito capaz de fundar a οὐσία (essência) como a entidade do ente, o primado e a insuficiência deste conceito enquanto aquilo que se encontra na base do que é e como referido à essência, ao ser enquanto ser. E mais: que Aristóteles não teria negado nem rejeitado, mas conscientemente assumido e problematizado a identidade entre a idéia do ser das coisas e a idéia do fundamento das coisas (p. 88).

Numa primeira aproximação com o texto de Aristóteles a partir desta nova interpretação logo nos deparamos com uma leitura bastante distinta daquela recebida tradicionalmente através de comentários de Tomás de Aquino. Uma comparação entre a tradução de Valentin Yebra e a de Boehm nos dá um exemplo. Seguindo a tradição tomista Yebra lê:

E o sujeito (ὑποκείμενον) é aquilo de que se dizem que as demais coisas, sem que ele, por sua parte, se diga de outra. Por isso temos que determinar em primeiro lugar sua natureza; Porque o sujeito primeiro (ὑποκείμενον πρῶτον) parece ser substância (οὐσία) em sumo grau.(1028 b36 – 1029 a2)... mas não se deve proceder assim; pois não basta, já que isto mesmo é obscuro (ἄδηλον), e, ademais, a matéria (ύλη) converte-se em substância (οὐσία). (1029^a9-10) ².

A nova leitura proposta por Boehm:

O jazente-ao-fundo (ὑποκείμενον) é o de que o outro é dito, de vez que ele não é dito de um outro. Por isso deve-se determiná-lo prioritariamente. Pois é o jazente-ao-fundo-primeiro (ὑποκείμενον πρῶτον) que mais parece ser essência (οὐσία)... mas ele não pode ser

¹ Panis, Daniel, De L'être et du fondement em Metaph. Z, 3, Sur une interprétation “heideggeriene”, in Revue de Philosophie Ancienne – Heidegger et les Grecs (I), n. 1, Éditions OUSIA, Bruxelles, 1986. (Nas citações seguintes manteremos ao longo do texto só o número da página do artigo de Panis).

² Aristóteles, *Metafísica*, Edição trilingue grego-latim-espanhol, por Valentin Garcia Yebra, Editorial Gredos S.A., Madrid, 1982, 2ªed. (Empregaremos apenas essa tradução, embora existam muitas outras nas línguas de maior destaque. E o faremos devido aos limites deste artigo).

determinado apenas deste modo. Pois é insuficiente. Ele mesmo é não-manifesto (ἄδηλον) e, ademais, a matéria (ύλη) torna-se essência (ουσία). (p. 89)

Nas primeiras frases da nova leitura encontra-se o primado da noção de ὑποκείμενον e no período seguinte destaca-se sua insuficiência. A interpretação se processará jogando com esta duplicidade. A mudança é a substituição da palavra substância pela de essência retirando-a, portanto, do pesado lastro tomista. O conceito de jazente-ao-fundo substituirá, por sua vez, o tradicional conceito de sujeito que ao ser considerado como o fundador de tudo o que é flexionou a metafísica na direção da teologia. A nova interpretação pretende afastar-se deste enfoque a partir das suspeitas heideggerianas contra a metafísica e de seu programa – já delineado em “Ser e Tempo” – de fazer a desconstrução da ontologia que desde o limiar do pensamento ocidental dispensou o problema do sentido do ser.

A problematidade de um fundamento primeiro (ὑποκείμενον πρῶτον) continuaria sendo realçada filosoficamente por Aristóteles num trecho posterior de Z, 3 quando aproxima o sentido de do jazente-ao-fundo e o de τό ἔσχατον (o último) ao de matéria informe, caracterizando-os, portanto, por uma radical indeterminação: “Pois o último (τό ἔσχατον) não é em si, nem algo, nem quanto, nem outra coisa” (Met. Z, 3 1029a 20 – 25). Assim procedendo, o Estagirita teria introduzido no conceito de matéria (ύλη) primeira, onde desemboca o jazente-ao-fundo, um conceito não substancialista nem materialista, mas teria assinalado aí o não-manifesto como o melhor significado para uma matéria destituída de qualquer determinação ontológica e, por isso mesmo, seria como um jazente-ao-fundo-último. O conceito que tradicionalmente visara determinar o ser do ente, como aquilo que é filosoficamente o mais manifesto, permanece em si mesmo como o mais retraído ou o mais não-manifesto. Mas Aristóteles não teria parado por aqui e sim avançado ainda mais a ponto de reconhecer o jazente-ao-fundo-último em seu retraimento e velamento essencial. O jazente-ao-fundo como aquilo que o caracteriza como jazente-ao-fundo, isto é, o jazente-ao-fundo enquanto tal é o que Boehm denomina de *fundamental*. Esta alteração de significado se deve a que sendo ele um fundo último completamente indeterminado a palavra “jazente” se torna imprópria para assinalar um não-ainda, a nadificação do ente, o vazio e o silêncio do nada do ente e desse modo “aparece então a coincidência dos dois temas, o do fundo como tal, do fundo em si mesmo (o fundamental) e o do nada. É em si mesmo que o

fundamento do que é não é nada do que é” (p. 93). A tradicional garantia do sujeito foi abalada de tal modo que ele já não mais poderá ser aprendido. É agora o vácuo do discurso predicativo. Dissolvido no nada aquilo que visava assegurar o ser do ente mostra-se radicalmente insuficiente para abarcar o ser mesmo, o ser enquanto ser (o essencial). Ou ainda, como diz Panis “O conceito de jazente-ao-fundo que visava o ser do ente não pode aprender nem o fundamental nem o essencial em sua comum dimensão do mesmo e do nada” (p. 93).

A origem desta interpretação – como bem reconhece Panis – situa-se nas primeiras obras de Heidegger onde se encontra expresso o nada (*das Nicht*) como o fundo sobre o qual paira o ser. O surpreendente é a força interpretativa que procura atribuir a Aristóteles a rara sutileza de haver se apercebido da insuficiência do primado de jazente-ao-fundo e, portanto, de ter tido a clareza de recusar – em Z, 3 especialmente – a auto-suficiência do conceito de razão suficiente próprio da metafísica ocidental; mas de haver tematizado e revelado sua radical insustentabilidade, de ter focado um fundamento sem fundo que escapa à estrutura do questionamento racional. É neste ponto que Panis se afasta de seu interlocutor para estabelecer com ele não uma rejeição ou oposição, mas um “contraste”. Tal contraste é feito a partir da obra de Heidegger nos momentos em que este procura criticar a essência da metafísica indo para além da estrutura “catalela” do discurso como “o outro que se diz de um outro” (p. 97), mas atingir a representação mesma da coisa (ôntica).

O contraste que efetua Panis é assinalado pela pergunta de se Aristóteles teria efetivamente pensado o retraimento do ser. E Panis afirma que Heidegger mesmo rejeitara esta possibilidade. Na “Doutrina de Platão sobre a Verdade” e em “O que é e como se determina a *Physis*” está explicitamente declarado que a noção de verdade de Aristóteles faz parte das épocas de incubação do ser³. Mas Panis recorre apenas a “O Princípio da razão” como obra chave que Boehm inexplicavelmente não considerou em seu livro. Detém-se na oitava lição onde a história da metafísica é caracterizada pela dispensação do ser – e dispensação significa que o pensamento se deslocou para os entes ao preço do retraimento do ser. Heidegger toma como exemplo disto um trecho da física (184a16ss) onde Aristóteles estabelecera a distinção entre o que é manifesto à percepção humana e aquilo que é “puramente e simplesmente” o mais manifesto;

³ Heidegger, M., *Questions II*, Ed. Gallimard, Paris, 1968, p.155s e p.274s.

distinção não significa aqui uma exclusão ou diferença absoluta, mas sim que “o que se manifesta ‘por natureza’ (τῆ φύσει) e o mais cognoscível ‘sem reserva’ (ἀπλως), o manifesto em si mesmo...”. A φύσις é entendida como uma “eclosão que manifesta o ente (p. 99). A φύσις não permanece retraída mas, antes, é aquilo que vem ao encontro por meio dos entes. A função da filosofia é discernir nos entes aquilo que através deles comparece. A Physis é aqui o ser no sentido tradicional, aquilo que embora não seja imediatamente acessível aos nossos sentidos é por si mesmo o mais manifesto. O ser não permanece oculto mas é o que mais brilha. É na luz do ser que o ente se revela. A atividade filosófica consiste, portanto, em captar o ser que se expressa nos entes representando-o enquanto presença. O comparecimento no ser do ente levou Aristóteles a um efetivo acesso à questão do retraimento do ser. A representação conceitual do ente, o esforço em preservar o discurso predicativo sobre o ser impossibilitou-o de tematizar o fundo de onde o ser mesmo devém. A dificuldade de Aristóteles é então, ilustrada recorrendo-se a um outro pensador que – por não haver ingressado todavia na época da metafísica – mantém um acesso privilegiado ao ser. Trata-se de Heráclito. No fragmento 123 ele diz: Φύσις κρύπτεσθαι φιλεῖ que Heidegger traduz como “o velamento é parte integrante do desvelamento”⁴. É propriedade essencial do ser que ao desvelar-se conserve simultaneamente sua retração, ou ainda é no retraimento que se estabelece a essência do ser. Heráclito ao pensar o ser ao modo do velamento/desvelamento atingiu uma compreensão que os metafísicos posteriores – inclusive Aristóteles – jamais voltariam a repetir em sua originalidade.

Panis tenta ampliar o contraste recorrendo mais uma vez à relação entre o fundamental e o essencial cuja identidade Boehm encontrara no nada da matéria informe. Ocorre que numa afirmação aparentemente surpreendente ele conclui que “o fundamental é o fundamental, mas não é o essencial, o essencial é o essencial, mas não é o fundamental” (p. 101). Esta oposição é entendida por Panis como exemplo de que o movimento da intervenção heideggeriana ganha um horizonte cada vez mais amplo e, neste caso, chega a reconhecer o ὑποκείμενον (jazente-ao-fundo) como algo maravilhosamente plurívoco; e é isto que permite considerar-se que o fundamento como

⁴ Heidegger, M., *Le Príncipe de Raison*, Ed. Gallimard, Paris, 1962, p. 164. O modo como Heidegger tematiza o princípio da razão suficiente demanda uma maior exposição, o que faremos em outra oportunidade.

tal (o fundamental) é o ser enquanto tal (o essencial), mas ele não é o ser do ente; e o ser como tal é o fundamento como tal, mas ele não é o jazente-ao-fundo. A interpretação de Boehm mantém, portanto, a desigualdade entre o essencial e o fundamental na radicalidade de sua fissura ontológica. Heidegger, por seu lado, preserva o fundamento-sem-fundo e o ser enquanto ser na unidade do mesmo. No início da oitava lição de “O Princípio da Razão” ele afirma com maiúsculas SER E FUNDO: O MESMO e acrescenta logo adiante SER = FUNDO ABISSAL e assim identifica claramente o ser e o fundo ou, mais forte todavia, o ser e o fundamento sem fundo. A partir do essencial Heidegger desenvolve a noção de retraimento do ser e, a partir do fundamental, a noção de fundamento sem fundo, ou como diz Panis “O fundamento sem fundo designa uma retração (não uma supressão!) do fundamento idêntico ao retraimento do ser e isto fornece a chave para compreender a identidade residual do ser e do fundamento mesmos” (p. 104).

As duas vertentes (entendidas como idênticas ou desiguais) constituem o desenvolvimento da metafísica no ocidente e surgem nas várias épocas como o *subjectum* na Idade Média ou como subjetividade nos tempos modernos. E isto porque a dispensação do ser não significa seu obscurecimento total – pois como se poderia tematizá-lo se ficasse sempre oculto? A constituição onto-teo-lógica da metafísica sempre lhe possibilita algum acesso; aliás, a metafísica é sempre a história desse encobrimento. Aristóteles é um filósofo *sui generis*, pois apesar de todo seu arcabouço conceitual teria deixado, aqui e ali, em aberto, aporias como em Z, 3 onde o sentido de ser mantém-se agitado por uma pulsão ontológica cada vez mais rara; pois mesmo que o Estagirita não tenha considerado o ser enquanto diferença ontológica, seu pensar expressa o momento de inflexão a partir do qual a reflexão do fundamental e do essencial definhará num saber cada vez menos lúcido.

E uma vez que o pensar que aprende a retração do ser é uma decadência isto aponta para uma determinada época em que seu significado era retido em sua plenitude, na nascente enquanto fundo arcaico do fundamento sem fundo e onde a noção corriqueira de verdade ligada à ordem das proposições lógicas manifesta-se, antes, como ἀλήθεια, o estar-aberto, um desvelamento que manifesta o ser enquanto este se oculta. Tal acesso só o tiveram os primeiros pensadores e poetas. O surgimento do pensamento racional acabou por desviar-se dele, pois a estrutura do discurso predicativo

é insuficiente para atingi-lo. Ele paira no fundo silencioso de todo o discurso entremostrando-se ocasionalmente – como no ὑποκείμενον em Z, 3 – cuja primazia e insuficiência são sinais de sua proximidade, tão demasiado próxima, que nos escapa.

Mas se a Metafísica de Aristóteles assim como o desdobramento da filosofia ocidental devem ser focados a partir da lucidez dos pensadores arcaicos como teríamos acesso a tal lucidez se o discurso predicativo foi suspenso? Diante deste culto dionisíaco todo esforço de racionalidade do discurso filosófico torna-se suspeito. Não é por acaso que Heidegger depois da reviravolta de seu pensar (*Kehre*) aproximou-se cada vez mais da poesia e passou a anunciar o fim da filosofia enquanto metafísica e a prenunciar o futuro em termos de “tarefa do pensamento”. É neste lugar interpretativo que se mobilizam estas investigações sobre o Estagirita. E se numa fusão de horizontes os intérpretes, na medida em que avançam em suas investigações, devem eles mesmos ser interpretados, pensamos, então, na possibilidade de instaurar a dúvida sobre a violência interpretativa que ao debruçar-se obsessivamente sobre um tema acaba por perder de vista o resto. É certo que – ao contrário de Platão que jogou os poetas para fora da República – Aristóteles escreveu uma Poética em que recupera para a arte o prestígio dos outros saberes, mas isto na medida em que ele buscava uma racionalidade capaz de dar conta das várias ciências em formação. Foi investigando de modo interdisciplinar que Aristóteles encontrou na filosofia a viga mestra da racionalidade. A Metafísica é uma obra de toda uma vida e suas oscilações ocorrem na medida em que se processam os estudos de astronomia, física, biologia, política e ética. A grandeza de Aristóteles foi ter buscado uma compreensão racional do *ethos* herdado dos antigos e de ter apostado – mesmo nas contradições do mundo sublunar – na possibilidade da coexistência humana com base no discurso inteligível. As incursões heideggerianas ao privilegiarem o momento ante-predicativo nos conceitos de fundamental e essencial ou de terem remetido ao pensamento original com um fundo não-tematizável, espalham uma cortina de fumaça e ameaçam de dissolução a racionalidade filosófica. Ou seja, se por um lado, a obsessão dos heideggerianos tem a força de uma convicção semelhante a que – como lembra Aristóteles – atingiu os eleatas que no seu vigoroso esforço para manter a imobilidade da *Physis* e do Uno “acabaram vencidos pela própria investigação” (Met. A, 3 984a30). Por outro, seu mérito está em precisamente buscar os fundamentos da razão que permanecem ocultos para ela mesma.